

Brasília, 07 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Terça-feira, 07 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Como um sistema robusto de propriedade intelectual pode impulsionar a inovação 3

Migalhas

Segunda-feira, 06 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 6.322 5

Terra - Notícias

Segunda-feira, 06 de abril de 2026 | Patentes

Royalties da soja entram na pauta da Comissão de Agricultura do RS 11

Folha de S. Paulo

Terça-feira, 07 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Dona do Labubu, Pop Mart chega ao Brasil e vai à Justiça contra falsificações 13

Radar Online - Veja.com

Segunda-feira, 06 de abril de 2026 | Pirataria | Biopirataria

Centro brasileiro lança portfólio com tecnologias verdes para agro e conservação 15

Revista Globo Rural Online

Segunda-feira, 06 de abril de 2026 | ABPI

Propriedade intelectual no agro: uma decisão estratégica para o futuro 16

Gazeta do Povo - Online

Segunda-feira, 06 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Café de Mandaguari: Qualidade e Denominação de Origem 18

Como um sistema robusto de propriedade intelectual pode impulsionar a inovação



Modelo baseado em interoperabilidade e segurança jurídica fortalece a participação das PMEs na economia digital

Em um cenário internacional marcado por competição tecnológica, disputas geopolíticas e crescente protagonismo da inteligência artificial, discutir e assegurar a segurança jurídica para a inovação no Brasil neste novo cenário é mais urgente do que nunca. A pauta não interessa apenas às grandes empresas de tecnologia: envolve também pequenas e médias empresas (PMEs), que respondem por quase 70% dos empregos formais e compõem a espinha dorsal da economia brasileira.

Nesse contexto, os padrões tecnológicos - como 2G, 3G, 4G e 5G - assumem papel central. Longe de serem meras especificações técnicas, essas tecnologias atuam como plataforma de catalisação da inovação, funcionando como a arquitetura invisível que permite interoperabilidade, reduz assimetrias e garante previsibilidade, elementos cruciais para o desenvolvimento de soluções escaláveis e seguras. Para as PMEs, representam um passaporte para competir em mercados que antes estavam fora do seu alcance.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Quando uma tecnologia patenteada é indispensável para implementar determinado padrão, a patente é classificada como Standard Essential Patent (SEP).

Nesse contexto, os titulares dessas patentes se comprometem a licenciá-las sob o compromisso Frand (Fair, Reasonable and Non Discriminatory) - em português, justo, razoável e não discriminatório. Trata-se de um modelo que equilibra dois valores igualmente relevantes: garantir remuneração justa ao inovador por seus investimentos em P&D e assegurar o acesso amplo à tecnologias essenciais a implementação do padrão tecnológico, incentivando contínuo investimento em inovação e preservando a competitividade no mercado.

No ecossistema digital contemporâneo, no entanto, a relevância das SEPs não se esgota na conectividade. Elas se conectam diretamente ao papel das APIs (Application Programming Interfaces). Se as SEPs asseguram a interoperabilidade e base tecnológica mínima de uma rede, as APIs são o "trilho operacional" que permite que desenvolvedores - inclusive pequenas empresas - construam aplicações e serviços sobre essa base. A interação entre padrões e APIs abertas cria um ambiente de inovação modular que minimiza barreiras de entrada, crucial para países com forte presença de PMEs como o Brasil.

Assim como os padrões tecnológicos democratizam o acesso à infraestrutura de conectividade, as APIs democratizam o desenvolvimento de software. Essa complementaridade é especialmente estratégica para o país: permite que empresas de menor porte integrem sensores IoT, desenvolvam soluções de cidades inteligentes ou escalem projetos de telecomunicações sem a necessidade de reinventar tecnologias essenciais - algo inviável do ponto de vista econômico e jurídico.

O resultado é um círculo virtuoso de desenvolvimento tecnológico:

os padrões globais garantem interoperabilidade, previsibilidade regulatória e oferecem acesso a tecnologias disruptivas de forma escalável;

as APIs aceleram a implementação prática;

e o sistema de **Propriedade Intelectual** (PI) garante segurança jurídica aos investimentos em

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Para as PMEs, isso significa acesso real a tecnologias de ponta, possibilidade de inserção competitiva em cadeias globais e um ambiente fértil para inovação incremental - que, na prática, é onde reside boa parte da inovação brasileira.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

É fundamental lembrar que inovação sustentável - especialmente em setores regulados como telecomunicações - depende de um sistema jurídico estável, célere, e confiável. Um regime forte de PI protege investimentos, reduz incerteza regulatória e cria incentivos econômicos claros. Da mesma

forma, padrões tecnológicos e SEPs são motores de desenvolvimento industrial, com impacto direto na inclusão produtiva e na competitividade do país.

Ao assegurar que qualquer empresa - especialmente as menores - tenha acesso a tecnologias essenciais de um padrão tecnológico sem comprometer a justa remuneração de seus inventores, o sistema de padrões tecnológicos reforça não apenas a inovação, mas também o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, competição e segurança jurídica.

MIGALHAS nº 6.322

Segunda-Feira, 6 de abril de 2026 - Migalhas nº 6.322.

Fechamento às 07h34.

"Não há justificar o que de si mesmo se justifica."

Machado de Assis

Em pauta, mais que palavras

Há palavras que ferem mais do que atos, sobretudo quando ditas de uma tribuna. Declarações de desembargadores do TJ/BA sobre pensão a mulher vítima de violência doméstica - associando o benefício à "ociosidade" e questionando sua postura - motivaram reação institucional. O CNJ instaurou procedimento para apurar as falas e cobrou esclarecimentos do tribunal. ()

Em pauta, mais que esforço

Se a vida é dura, Renata Rosa resolveu estudá-la, e passar. Entre faxinas, dois filhos e noites curtas, encontrou nos livros uma fresta de futuro. Em cinco meses, aprovou-se para escrevente do TJ/SP. Videoaulas no intervalo, revisões à noite: disciplina quase monástica, com desfecho digno de romance de formação. ()

Proteção digital

AGU notificou o Google para remover e impedir a indexação de sites que usam IA e deepfake para criar imagens íntimas falsas de pessoas reais, sobretudo contra mulheres, crianças e adolescentes. ()

Soberania nacional

Ministro Fachin rebateu relatório apresentado pelo Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA, que aponta supostas violações à liberdade de expressão no Brasil e questiona decisões da Justiça envolvendo redes sociais e o processo eleitoral. ()

Justiça gratuita

STF retomou, no plenário virtual, julgamento dos critérios de gratuidade na Justiça do Trabalho. Ministro Cristiano Zanin, que tinha pedido vista, votou para fixar um limite de renda mensal de R\$ 5 mil para concessão do benefício. ()

Reintegração

Justiça determinou a reintegração da Estrada de Ferro Vitória Minas, da Vale, após bloqueio por manifestantes. Invocou-se a recém-sancionada lei 15.358/26, que tipifica como crime grave a interrupção de serviços essenciais. No embate entre protesto e serviço público, a locomotiva não pode parar. ()

Em ritmo sertanejo

A dupla sertaneja Zé Neto e Cristiano foi proibida de usar imagens e dados que identifiquem influenciadora em vídeo de divulgação de nova música, após ela alegar que o conteúdo a associou de forma vexatória a Daniel Vorcaro. ()

Que beleza

Justiça do Trabalho determinou a penhora de cachês de shows do cantor Belo para quitar dívida trabalhista de cerca de R\$ 233 mil. ()

De olho

MPF notificou a Globo e recomendou o fim de provas extremas de resistência e dinâmicas consideradas degradantes no BBB 26. ()

Privatização Sabesp

Por unanimidade, o STF, no plenário virtual, rejeitou ações que questionavam privatização da Sabesp. A Sabesp agora é do povo, do povo que a comprou. ()

ICMS entre filiais

TJ/SP reconheceu o direito de a empresa escolher a forma de transferência de créditos de ICMS entre filiais. Para colegiado, a legislação atual assegura facultatividade ao contribuinte, desde que observados critérios específicos. ()

Debate eleitoral

Ex-deputado estadual Arthur do Val (conhecido pelo epíteto de Mamãe Falei) não indenizará por falas em live contra o ex-vereador Fernando Holiday. ()

Injúria racial

Advogada, presa em 2024 por ofensas racistas contra funcionário do Burger King, confessou injúria racial e pagará R\$ 8 mil para cumprir ANPP. ()

Migas

1 - Anulada decisão que liberava cursos de Medicina sem aval do MEC. () 2 - Câmera em copa de funcionários não viola intimidade. () 3 - É discriminatória dispensa de empregada trans antes de cirurgia de redesignação. () 4 - Empresa indenizará por demitir trabalhador com doença de Crohn. () 5 - Mantida exclusão de motorista da Uber após relatos de assédio sexual. () 6 - Por erro grosseiro no preço, Booking não terá de cumprir oferta. ()

Colunas

CPC na prática

A partir de decisão do STJ, o professor Daniel Pentead de Castro reflete sobre o uso do Infojud como instrumento para aferir a real necessidade da gratuidade da Justiça - e os limites entre investigação e garantia de direitos. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Relações se rompem nem sempre por grandes eventos, mas por pequenas omissões. Ao abordar o pacto antenupcial diante das infidelidades financeiras, Flávia Gentil e Gabriela Franco convidam à reflexão sobre transparência, prevenção de conflitos e a construção de uma vida em comum mais segura e consciente. ()

Migalhas de Direito Médico e Bioética

Quando o direito à saúde encontra os limites do sistema, surgem dilemas complexos. Francisco Christovão examina a aplicação da súmula vinculante 60 do STF e propõe uma análise sobre o papel do Judiciário na concretização - e nos limites - das políticas públicas de saúde. ()

Leitura Legal

Mais do que uma data simbólica, a Páscoa pode ser um ponto de inflexão. Em um texto sensível, o promotor aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior convida o leitor a repensar valores, cultivar esperança e renovar o compromisso com uma convivência mais humana e solidária. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Migalhas de peso

- "LAC aos olhos do STJ: Aplicação concomitante, ampliação do espectro de incidência e responsabilização de conglomerados empresariais", por Vicente Coelho Araújo, Lucas Santos de Sousa e Jéssica Reis Sulz G. Carvalho (Pinheiro Neto Advogados). ()

- "NR-1 em ação: O que o Manual do MTE esclarece e o que ainda gera dúvidas", por Gabriel Bazalia Sales (Rayes & Fagundes Advogados Associados). ()

- "Imposto de Renda para advogados: Por que a declaração exige atenção além do básico", por Gabriel Mancuso (JusCash). ()

- "ECA Digital redefine deveres das plataformas no Brasil", por Izabela Rücker Curi (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "Judicialização da medicina e o papel do seguro de responsabilidade civil médica", por Lyana Oliveira Breda (LEMONS Advocacia Para Negócios). ()

- "Contratos 'Zero-Hours' e 'Gig Economy' - Uma análise comparativa entre Brasil, Europa e América do Norte", por Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade (Figueiredo Ferraz Advocacia). ()

- "O devedor contumaz foi regulamentado por portaria, mas o CTN parece ter sido esquecido", por João Amadeus dos Santos (Martorelli Advogados). ()

- "Entre o cuidado e o excesso: Os limites das terapias no TEA - Transtorno do Espectro Autista", por Olga Boumann Ferreira Cavalcanti (Urbano Vitalino Advogados). ()

- "Responsabilidade tributária de sócios e administradores: Em quais situações o patrimônio pessoal pode responder por dívidas fiscais da empresa?", por Letícia Rafaela Ribeiro e Beatriz Giansante Moquiute (TM Associados). ()

- "BPC-LOAS e autismo: Entre o direito reconhecido e o benefício negado", por Alex de Freitas Rosetti e Wanderson Rangel Barbosa (Cheim Jorge & Abelha Rodrigues - Advogados Associados). ()

- "Locação por temporada em condomínios: A convenção como instrumento preventivo", por Iasmin Cristim Freitas (Serur Advogados). ()

- "Isenção de IPVA no Estado do Rio de Janeiro para pessoas com deficiência e com transtorno do espectro autista: Guia prático sobre requisitos e li-

mites", por Márcio Gouvea e Thaís Torres (João Bosco Filho Advogados). ()

- "Fazenda não pode alegar ordem legal para repelir fiança ou seguro-garantia na execução de crédito tributário", por Gustavo Pires Maia da Silva (Homero Costa Advogados). ()

- "Fatiamento de ações e o colapso da lógica processual", por Viviane Ferreira (Parada Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Mercado de trabalho

João Bosco Filho Advogados abre vaga presencial, em Nova Iguaçu/RJ, para atuação na área comercial e no relacionamento com clientes, com foco em atendimento, negociação e contratos. ()

M&A;

Martinelli Advogados assessorou a empresa de moda fitness LIVE! na aquisição de 60% da Pink Cheeks. ()

Infraestrutura

Mattos Filho assessorou a Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A na expansão da Linha 4 amarela do metrô de SP. ()

Seguros e Resseguros

Barcellos Tucunduva Advogados anuncia a criação da área de Seguros e Resseguros, reforçando atuação estratégica diante do novo marco legal e da crescente demanda por gestão de riscos. A nova prática será liderada pelo sócio Ricardo Ribeiro da Luz Loew, que chega ao escritório acompanhado de sua equipe formada por Heliadora D'Aprile, Simone Sampietri Creoruska e Rammses Sato. ()

Baú migalheiro

Há 233 anos, em 6 de abril de 1793, durante a Revolução Francesa, foi criado o Comitê de Salvação Pública, que se tornou o principal órgão executivo da República. Formado para enfrentar ameaças internas e externas, o comitê concentrou amplos poderes políticos e militares, sendo responsável pela condução da guerra e pela defesa do regime revolucionário. Sob a liderança de Maximilien Robespierre, passou a exercer controle rigoroso sobre a vida política francesa. O período ficou marcado pelo chamado Período do Terror (1793-1794), ca-

racterizado por perseguições, julgamentos sumários e execuções de opositores, consolidando o comitê como símbolo tanto da defesa da Revolução quanto de seus excessos autoritários. (Compartilhe)

Sorteio

Não deixe de participar do sorteio da obra "Contratos de Transferência de Tecnologia" (Editora Lumen Juris Direito, 238p.), escrita por Livia Barboza Maia (Denis Borges Barbosa Advogados). A publicação revisita a função social dos contratos e critica acordos que ignoram o desenvolvimento tecnológico. ()

Novidade

Avelar Advogados apresenta a pauta penal da semana com os julgamentos relevantes do STF. para conhecer a principal questão criminal que será enfrentada: a decretação judicial da quebra de sigilo de dados telemáticos de um conjunto não identificado de pessoas no curso de investigação criminal é possível?

Migalhíssimas

Hoje, às 13h, no Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Rio de Janeiro, Pedro Marcos

Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, palestra no seminário "O papel da **Propriedade Industrial** para o desenvolvimento e geração de renda para a sociedade e o protagonismo do servidor do **INPI**", organizado pela Associação dos Funcionários do **INPI**. Presidente do IAB, Rita Cortez (AJS - Cortez & Advogados Associados) faz a palestra de abertura do seminário "Estudos sobre a Atualização do Código Civil - Grupo de Trabalho Especial de Estudo e Debate do PL4/205". O evento acontece de hoje até quarta-feira, no IAB, com transmissão pela TV IAB. Aos estudantes de Direito serão concedidas horas de estágio. () Amanhã, das 8 às 18h30, no auditório da CETESB - Augusto Ruschi, em SP, acontece o seminário "Lei Geral do Licenciamento Ambiental na Prática - Estratégia, Eficiência e Segurança Jurídica". Na ocasião, Édis Milaré (Milaré Advogados) participa do "Painel 5 - O Ministério Público e a Segurança Jurídica", às 17h. No final do evento, haverá o lançamento da obra "Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Lei 15.190/2025, com as alterações da Lei 15.300/2025 - Comentários Artigo por Artigo", do Grupo Gen - Editoras Forense, Método e Atlas, que contou com

a coordenação de Édís Milaré e Lucas Tamer Milaré, e a participação da equipe jurídica do escritório entre os coautores. () Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito de Família" com o tema "Equiparação de casamento e união estável para fins sucessórios", amanhã, às 10h, pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", . Moraes Pitombo Advogados promove, no dia 9/4, das 8h30 às 12h, o "Ciclo de Debates: A Reforma da Lei do Colarinho Branco (Lei 7.492/86)", com a participação de Antônio Pitombo e Guilherme Alfredo de Moraes Nostre, além dos convidados Juliano Breda e Miguel Reale Júnior (Miguel Reale Júnior Sociedade de Advogados). () Dia 9/4, às 16h, Rolim Goulart Cardoso Advogados realiza o webinar "Planejamento Sucessório e Alterações no ITCMD". O encontro discutirá os principais impactos das recentes mudanças relacionadas no ITCMD, com foco nas estratégias de planejamento sucessório e nos pontos de atenção para pessoas físicas e estruturas patrimoniais. Participam do evento Daniel Tardelli e Natália Mara, com comentários de Débora Crevelin e Francine Fernandes. Inscrição, . De 9 a 11/4, em Cambridge/EUA, acontece o "VII Brazil Legal Symposium at

Harvard Law School". Pinheiro Neto Advogados marcará presença no evento com a participação do sócio Guilherme Sampaio Monteiro no "Painel 9 - Brazilian Capital Markets Regulation: New OPA Rules and Public Offering Trends", dia 11, às 11h30, no The Charles Hotel. () O Brasil adota diretrizes muito próximas às da Europa e dos Estados Unidos quando o assunto é a patenteabilidade de invenções assistidas por Inteligência Artificial. No corte de "Daniel On Air", Gustavo Sartori, da banca DANIEL, explica de forma objetiva a diferença entre esses conceitos e compara as normas brasileiras com os padrões europeu e norte-americano para a concessão de patentes em casos envolvendo IA. Confira a íntegra do episódio, . O Instituto Brasil Salomão, iniciativa do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia, realizou semana passada mais uma edição de sua campanha de Páscoa, com a doação de mais de 1.200 itens entre ovos de chocolate, barras, caixas de bombons, biscoitos e outros doces. A ação contemplou a Casa Espírita Terra de Ismael, em Jardinópolis/SP, e um projeto comunitário no bairro Jardim Aeroporto, em Ribeirão Preto/SP. Alexandre Arnone, sócio de Arnone Advogados Associados, foi nomeado conselheiro naci-

onal do Brasil Export. ()

LL.M. em Direito

FGV Direito Rio oferece cursos de pós-graduação com formação multidisciplinar e que fornecem ferramentas importantes, que preparam os alunos para enfrentar os principais desafios do Direito contemporâneo. Inscreva-se! ()

Jornadas tributárias

A "10ª edição das Jornadas de Debates", da Associação Brasileira de Advocacia Tributária - ABAT, acontece nos dias 6, 7 e 8/5, em São Paulo. ()

Desconto exclusivo

Já estão abertas as inscrições para o curso "Aspectos Críticos da Reforma Tributária", organizado pela Escola Superior do IAB. A instituição oferece desconto exclusivo para leitores do Migalhas. ()

Danos complexos em discussão

Amanhã, das 13h30 às 17h30, a FGV Direito SP promove, em sua sede na capital paulista, o evento "Novos horizontes da responsabilidade civil de empresas por danos complexos", com transmissão ao vivo no YouTube. ()

Direito privado com vaga-cortesia

No dia 14/4, a partir das 18h, a AASP realiza, em sua sede, o curso "Série: Atualidades e Diálogos de Direito Privado - Responsabilidade do Controlador e Regime Decisório das Incorporações". Participe do sorteio e concorra a uma vaga-cortesia ! ()

Mobilização

OAB/MG realiza solidariedade à advocacia mineira com arrecadação de recursos e distribuição de ajuda a vítimas das fortes chuvas ocorridas em Minas Gerais. ()

Homenagem

No dia 9/4, às 18h, o IASP promove, em sua sede na capital paulista, o debate "Desafios do Direito Contemporâneo", seguido do lançamento da obra "Temas de Direito Contemporâneo", em homenagem aos 45 anos de docência do professor Nelson Luiz Pinto. ()

Novo comando

CBMA - Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem anuncia Marianna Marra como nova secretária-geral, responsável por supervisionar e coordenar as atividades administrativas e procedimentais da

instituição. ()

IA na advocacia

Advogados que não dominarem ferramentas de inteligência artificial nos próximos meses tendem a perder competitividade no mercado jurídico. O alerta é da Jurídico AI, LegalTech especializada em soluções para o setor. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/Boca da Mata

GO/Hidrolândia

MG/São João do Paraíso

MG/Vazante

PI/São João do Piauí

PR/Dois Vizinhos

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Flávio não tem sobrenome"

Veja

"Cuba à deriva"

IstoÉ

"Rio desgovernado"

The New York Times - EUA

"Trump Revels in Making Emphatic Threats to Commit War Crimes"

The Washington Post - EUA

"Pope Leo uses his first Easter Mass to call for peace"

Corriere della Sera - Itália

"Carburante, voli a rischio"

Clarín - Argentina

"Caputo: "No hay nada ilegal" en los créditos del Nación a legisladores y funcionarios"

El País - Espanha

"Trump sube la presión sobre Irán tras rescatar al aviador"

Público - Portugal

"Peso dos accionistas portugueses no BCP cai para mínimos históricos"

The Guardian - Inglaterra

"Trump threatens to unleash 'hell' on Iran in expletive-laden tirade"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Casal Moraes adquiriu, em cinco anos, imóveis à vista por R\$ 23,4 milhões"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Estímulos à economia devem superar R\$ 740 bi em 2026, ano eleitoral"

O Globo - Rio de Janeiro

"Ex-gestores da área de Segurança disputarão eleições em 12 estados"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Endereço da dor"

Correio Braziliense - Brasília

"Votos do Entorno turbinam eleição no DF"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Chuvas expõem desigualdades e racismo ambiental no Grande Recife"

Royalties da soja entram na pauta da Comissão de Agricultura do RS



Produtores rurais pedem revisão de cobranças enquanto empresa destaca importância da tecnologia nas lavouras



Novo chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general Francis L. Donovan Foto: Getty Images

A cobrança de royalties sobre sementes de soja foi discutida em reunião da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, realizada nesta quinta-feira (2). O encontro colocou frente a frente representantes de produtores rurais e executivos da Bayer S.A. para tratar de reclamações relacionadas aos valores cobrados pela tecnologia utilizada nas lavouras.



Câmera de segurança registrou momento de desespero de pai instantes após motorista embriagado perder o controle do carro e atingir quatro crianças Foto: Reprodução/TV Globo

A reunião foi solicitada pelo deputado Elton Weber, após relatos de agricultores sobre os custos da cobrança e a metodologia de testes aplicados na entrega da produção. Segundo o parlamentar, produtores gaúchos enfrentam dificuldades financeiras após sucessivas perdas provocadas por estiagens e enchentes registradas nos últimos anos.



O senador Flávio Bolsonaro viajou em jatinho de amigos com a família Foto: Pedro Kirilos / Estadão / Estadão

Durante a discussão, a diretora de Relações Institucionais da Bayer, Francila Calica, afirmou que a empresa segue a legislação brasileira e que a tecnologia agrícola é uma ferramenta para aumentar a produtividade e auxiliar os agricultores diante das adversidades climáticas. Ela destacou ainda que a empresa não realiza cobrança sobre **patentes** vencidas.

Representantes do setor produtivo reforçaram a necessidade de ajustes no modelo atual. O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Domingos Velho Lopes, sugeriu revisão dos valores e da metodologia utili-

zada para cobrança. Já a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag) defendeu a renegociação para que o custo da biotec-

nologia seja compatível com a realidade financeira dos agricultores.

ALRS.

Dona do Labubu, Pop Mart chega ao Brasil e vai à Justiça contra falsificações



Grupo chinês abre operação no país e pretende lançar lojas online e físicas neste ano; advogados afirmam que AllMini viola direitos, e empresa diz não ter sido intimada.

Paulo Passos

SÃO PAULO. A dona do Labubu, boneco que virou febre global no ano passado, chegou, enfim, ao Brasil. A Pop Mart abriu uma subsidiária no país na virada de 2025 para este ano e tem planos para lançar seu site de vendas nos próximos meses e lojas físicas no segundo semestre.

Antes disso, o grupo chinês, que tem capital aberto na Bolsa de Hong Kong e valor de mercado de mais de US\$ 25 bilhões (R\$ 129 bilhões), pretende executar uma limpeza no mercado brasileiro e retirar de circulação versões falsificadas do Labubu e de outros personagens.

Para isso, a empresa ingressou na Justiça de São Paulo no dia 30 de março com um pedido de tutela de urgência imediata para barrar a venda de **produtos piratas**. Os advogados contratados pela Pop Mart alegam que a rede de lojas AllMini viola os direitos de marca e autorais do grupo chinês.

"Os consumidores muitas vezes não têm ciência de que estão adquirindo produtos falsificados, especialmente quando esses são comercializados em grandes shopping centers", diz Diogo Squeff Fries,

sócio do Souto Correa Advogados.

A AllMini tem 25 unidades em cinco estados do país. Na ação, a empresa chinesa relata casos de peças falsificadas que expõem a marca Pop Mart em lojas do grupo. Há versões falsas do boneco Labubu, chaveiros e outros utensílios com personagens do grupo.

Procurada pela Folha, a AllMini afirmou não ter conhecimento formal da ação e informou que se pronunciará assim que for intimada.

Em 2021, a Pop Mart fez pedido de registro de sua marca no **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)**, que a reconheceu dois anos depois. Em 2024, solicitou o reconhecimento de produtos como Labubu e da série The Monsters.

"Com a abertura de sua subsidiária local, a Pop Mart indica a intenção de operar no Brasil e proteger seus interesses de mercado", afirma Theo Silvério, advogado do Souto Correa.

Em 2025, o Google apontou que o Labubu foi o produto mais desejado por usuários que fizeram buscas na plataforma no Brasil. Versões originais do boneco podem ser adquiridas atualmente somente em sites que fazem importação direta e em poucas lojas físicas, caso da Ri Happy.

Com a chegada ao Brasil, a Pop Mart vai centralizar e ampliar essa distribuição. A presença no país faz parte de um plano de expansão global. Após virar febre com mega lojas na Ásia, na Europa e nos Estados Unidos, o grupo desembarcou na América Latina, onde já opera no México, na Colômbia e na Bolívia.

Continuação: Dona do Labubu, Pop Mart chega ao Brasil e vai à Justiça contra falsificações

físicas neste ano; sido intimada



Carro-chefe da marca, o Labubu foi criado há mais de uma década pelo artista de Hong Kong Kasing Lung. O boneco é um elfo da floresta inspirado na mitologia nórdica e parte da série de livros de Lung "Os Monstros", com personagens fantásticos.

O Labubu catapultou o faturamento da Pop Mart, fundada em 2010 por Wang Ning, aos 20 anos, em Henan, no centro da China.

Pop Mart

Sede: Pequim

Receita (2025): 37,1 bilhões de yuans (R\$ 28 bilhões)

Funcionários: 10,8 mil

Concorrentes: Hasbro e Mattel

Em 2020, a empresa abriu capital na Bolsa de Hong Kong, o que fez o seu dono figurar entre os 12 mais ricos do país no ano passado, de acordo com o índice de bilionários da Bloomberg.

O modelo de "caixa de surpresa" é apontado como um dos fatores de sucesso da marca. Quem compra o brinquedo na embalagem não sabe qual modelo do boneco está levando. Nos EUA, a versão

pequena do personagem custa a partir de US\$ 30 (R\$ 156). Há outras opções de tamanho do bichinho de pelúcia por mais de US\$ 1.200 (R\$ 6.000).

Em 2024, eram 130 lojas físicas e 192 máquinas de venda automática fora da China continental. Números que quase dobraram no ano passado, com a inauguração de outros 109 pontos de venda.

O grupo se tornou um exemplo de empresa chinesa com sucesso global. Em 2025, 39% da receita veio de vendas fora do país. O faturamento chegou a 37,1 bilhões de yuans (R\$ 28 bilhões) no ano, salto de 185% em relação a 2024.

Mais de um terço da receita, 38%, veio das vendas da linha do Labubu, que atingiram 14,2 bilhões de yuans (R\$ 10 bilhões). Os números, divulgados em março de 2026, tiveram um impacto negativo no valor das ações da empresa, que caíram mais de 22%. Segundo analistas, a dependência excessiva nos monstros desagradou aos investidores.

A empresa tenta se posicionar como uma versão chinesa da Disney. Neste ano, anunciou um filme em parceria com a Sony Pictures e tem, desde 2023, um parque temático em Pequim, o Pop Land.

Centro brasileiro lança portfólio com tecnologias verdes para agro e conservação



Iniciativa do CBioClima conecta ciência e mercado com soluções que vão de nanopartículas a modelos para aquicultura

Em meio ao avanço do desmatamento e à pressão crescente sobre biomas estratégicos, um centro brasileiro de pesquisa tenta aproximar ciência e mercado com soluções práticas para sustentabilidade.

O Centro de Pesquisa em Biodiversidade e Mudanças do Clima (CBioClima) lançou um portfólio público de tecnologias voltadas ao agronegócio, à aquicultura e à conservação ambiental, com acesso gratuito para empresas, governos e produtores.

A iniciativa surge em um momento em que o Brasil concentra cerca de 20% da biodiversidade mundial, segundo a World Wide Fund for Nature, mas enfrenta degradação acelerada em biomas como a Mata Atlântica e o Cerrado.

Ambos são considerados hotspots globais de biodiversidade, combinando alta riqueza de espécies com níveis críticos de ameaça.

O país é signatário da Convenção sobre **Diversidade de Biológica** e aderiu à meta internacional de proteger 30% de áreas terrestres e marinhas até 2030, impulsionada por organismos como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Na prática, porém, especialistas apontam dificuldade em transformar compromissos em ações concretas no território.

É nesse vácuo que o CBioClima tenta atuar. O centro aposta em pesquisa aplicada e em parcerias com o setor produtivo para escalar tecnologias ba-

seadas na natureza.

A proposta, segundo seus coordenadores, é reduzir a distância entre laboratório e campo, com soluções que tenham impacto econômico e ambiental mensurável.

"O desafio não é apenas produzir conhecimento, mas garantir que ele seja incorporado por quem toma decisão", afirma o coordenador de inovação do centro, Leonardo Fraceto.

A estratégia se apoia em três frentes: desenvolvimento científico, articulação com empresas e governos e geração de impacto social alinhado a metas globais, como ação climática e preservação da biodiversidade.

Entre as tecnologias apresentadas no portfólio estão processos para reaproveitamento de resíduos industriais, como a lignina da cadeia de papel e celulose, transformada em materiais biodegradáveis e nanopartículas com potencial uso agrícola.

Há também soluções biotecnológicas para controle de pragas com menor uso de químicos, sistemas de modelagem para aumentar a eficiência da aquicultura sob diferentes cenários climáticos e métodos para prolongar a vida útil de alimentos, reduzindo perdas pós-colheita.

A proposta dialoga com uma tendência mais ampla de bioeconomia, que ganha espaço no Brasil como alternativa de desenvolvimento, especialmente em regiões sensíveis do ponto de vista ambiental.

Estudos recentes indicam que práticas regenerativas e tecnologias baseadas na biodiversidade podem aumentar produtividade ao mesmo tempo em que reduzem impactos, mas ainda enfrentam barreiras de escala, financiamento e adoção.

Ao abrir seu portfólio ao público, o CBioClima tenta acelerar esse processo, oferecendo um cardápio de soluções prontas para aplicação. O desafio agora é sair do piloto e atingir escala em um país onde a pressão por produção continua avançando sobre áreas naturais.

Propriedade intelectual no agro: uma decisão estratégica para o futuro



Academia, indústria, entidades de classe e produtores são importantes peças desse ecossistema, que deve equilibrar interesses e compromissos

A proteção da **propriedade intelectual** é uma realidade, mas será que para o futuro? O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** publicou, em janeiro deste ano, o balanço recorde de mais de 500 mil pedidos de proteção de marcas e patentes solicitados no país em 2025 - um aumento de 8% em relação ao ano anterior.

O número não é por acaso. Ele evidencia a importância do tema no atual cenário brasileiro, que demanda por inovação para suprir os mais diversos - e complexos - tipos de demanda. No setor agrícola, o fato não é diferente.

O Brasil tem grandioso desafio posto a si: produzir e alimentar mais pessoas, de forma eficiente e consumindo menos recursos naturais, sob pressão de eventos climáticos - ou seja, produzir mais utilizando menos. Para respondermos esta demanda à altura não há melhor aliada do que a inovação.

O desenvolvimento de novas tecnologias e produtos no setor de insumos agrícolas se mostra cada vez mais complexo, exigindo cifra de milhões de dólares de investimento e tempo despendido, na casa de uma década (ou até mais).

Não basta ter a vontade de inovar, aqui é necessário contar com esforços, tempo e recursos consideráveis para criação de algo inédito, havendo muito propósito durante este processo, que perpassa por diversos insucessos até se chegar na melhor versão do protótipo procurado: aquele que atenda pontos

de rígidas e legítimas exigências sanitárias e alcance êxito na produção.

Diante do atual cenário do setor produtivo no país, não é forçoso afirmar que a inovação é um dos pilares fundamentais de estruturação do agronegócio que conhecemos hoje. A **propriedade intelectual**, diretamente ligada a este ponto, se mostra como um dos principais instrumentos incentivadores do investimento em novos produtos, já que enseja a captura de valor e o retorno financeiro em reconhecimento ao capital investido para que haja, inclusive, a continuidade do ciclo da inovação.

É necessário que o Brasil olhe cada vez mais para inovação e **propriedade intelectual** com uma visão holística, que considere propósitos e cenários à frente - considerando a tecnologia lançada não só para agora, mas para daqui dez anos.

No setor agrícola, é preciso cautela com soluções rasas e de curto prazo que visam flexibilizar direitos de PI, objetivando simplesmente baixar custos de forma prejudicial a longo prazo. Medidas como tal podem desincentivar inovação, além de acarretar graves consequências jurídicas e econômicas aos elos da cadeia produtiva.

A experiência ao nosso lado, ilustra esse impacto: na Argentina, empresas de inovação agrícola diminuíram investimento em tecnologias aplicadas a sementes nas últimas décadas, diante da flexibilização de direitos de **propriedade intelectual** e não modernização do País.

A decisão trouxe efeito cascata nefasto, levando a queda na produtividade da soja - com reduções de quase 50% na safra 2022/2023 - além de provocar impactos econômicos relevantes e perda de competitividade internacional.

Melhorar o ambiente de segurança regulatória, jurídica e incentivar agentes inovadores por meio do fortalecimento dos direitos intelectuais para promover soluções inovadoras à nação passa a ser, assim, uma pauta prioritária de Estado. É uma questão de escolha sobre o que queremos para o futuro e o que fazemos para isso.

Para que o país avance no tema, é essencial atuação estruturada e coordenada dos três Poderes, cada um em seu âmbito, como pauta prioritária. Tomadas de decisões equivocadas geram precedentes sistêmicos graves e podem gerar impactos individuais não só hoje, mas futuros e a uma considerável parcela de agentes inovadores, essenciais para o desenvolvimento de novas soluções - que é o que exige a agricultura moderna.

Por sua vez, a academia, a indústria, as entidades de classe e os produtores também são importantes peças desse ecossistema, que deve equilibrar interesses e compromissos.

Nesse ambiente, ganham relevância iniciativas como o Movimento Brasil pela Inovação, coalizão multissetorial que reúne entidades como ABBI, **ABPI**, CropLife Brasil, Interfarma, IBCIS e ILM, na defesa da modernização da legislação de patentes para ampliar a segurança jurídica e atrair investimentos, como forma de acelerar o acesso a inovações nos mais diferentes espaços e setores.

Entende-se que o Brasil tem maturidade suficiente para discutir pautas ligadas à **propriedade intelectual** e inovação no agro, sem que imediatismos resumam a pauta. E nossas decisões precisam olhar para o futuro: queremos continuar sendo pontos focais de pesquisas para desenvolvimento de produtos novos voltados ao nosso país?

Queremos que a inovação nos suporte cada vez mais diante dos crescentes desafios? Queremos que a produção atenda cada vez mais níveis de sustentabilidade para o futuro? São essas as questões essenciais para nortearmos a discussão.

*Maria Luiza Silveira é especialista jurídica de **Propriedade Intelectual** na CropLife Brasil

As ideias e opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva de sua autora e não representam, necessariamente, o posicionamento editorial da Globo Rural

Café de Mandaguari: Qualidade e Denominação de Origem



O café de Mandaguari, no noroeste do Paraná, conquistou o selo de Denominação de Origem em 1º de julho de 2025. O reconhecimento do **Inpi** valoriza a produção de cerca de 8 mil cafeicultores da região, que se destaca pela qualidade única dos grãos especiais e pelo impacto bilionário na economia estadual.

O que significa o selo de Denominação de Origem conquistado pela região?

A Denominação de Origem é um selo oficial que certifica que um produto possui qualidades únicas que só existem naquele lugar. No caso de Mandaguari, isso se deve ao 'terroir' - uma combinação de solo fértil (terra roxa), altitude acima de 600 metros e um clima com estações bem definidas. Esses fatores fazem com que o café amadureça de forma lenta, resultando em uma bebida naturalmente mais doce e equilibrada, impossível de ser replicada em outras localidades.

Quais cidades fazem parte desta área de produção reconhecida?

O reconhecimento do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)** abrange um cinturão produtivo no noroeste paranaense composto por seis cidades: Mandaguari, Jandaia, Cambira, Marialva, Apucarana e Arapongas. Juntas, essas cidades fortalecem a identidade do café paranaense, que tem recuperado espaço no mercado nacional e ajudado a economia do estado a superar novamente o patamar de R\$ 1 bilhão em valor de produção

anual.

Qual é o diferencial de sabor do café produzido em Mandaguari?

Para quem aprecia uma boa xícara, o café dessa região é conhecido por ser mais complexo e sofisticado. Ele apresenta notas florais e frutadas, sendo levemente mais cítrico, mas com um toque marcante de caramelo e chocolate. Essa 'caramelização' acontece naturalmente durante a torra, porque o grão preserva seus açúcares originais graças às condições geográficas privilegiadas da região.

Como funciona o mercado de cafés especiais para os produtores locais?

Produzir um café especial exige muito mais esforço; os grãos precisam ser colhidos apenas quando estão perfeitamente maduros, muitas vezes manualmente, um a um. Embora esse tipo de grão represente cerca de 15% a 30% da safra de cada fazenda, o retorno financeiro compensa. Enquanto uma saca de café comum é comercializada por cerca de R\$ 2 mil, a saca do café especial chega a valer R\$ 3,3 mil, valorizando o trabalho das famílias agricultoras.

Quem são as pessoas por trás dessa tradição cafeeira no Paraná?

A força do café em Mandaguari vem das pessoas: 85% dos produtores trabalham em regime de agricultura familiar. Existem famílias que estão na atividade há quatro gerações, mantendo viva uma tradição que começou há cerca de 100 anos. O título de 'Capital do Café', recebido pela cidade em 2012, reflete esse orgulho e a dedicação diária de produtores que veem na lavoura não apenas um negócio, mas a base de sustento de suas raízes.

Conteúdo produzido a partir de informações apuradas pela equipe de repórteres da Gazeta do Povo. Para acessar a informação na íntegra e se aprofundar sobre o tema leia a reportagem abaixo.

Gazeta Do Povo LabBruno Maffi

Índice remissivo de assuntos

ABPI	14,15
Marco regulatório INPI	3,4,5,6,7,8,11,12,14,15,16
Patentes	9,10
Pirataria Biopirataria	13
Propriedade Industrial	3,4,5,6,7,8,11,12,14,15,16
Propriedade Intelectual	1,2,14,15